



A PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL UM OLHAR INCLUSIVO E PSICOPEDAGÓGICO

Simone Oliveira de Albuquerque¹

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Práticas pedagógicas com alunos público-alvo da Educação Especial.

RESUMO: Este trabalho tem como tema Psicomotricidade e Desenvolvimento Infantil a partir de um estudo Inclusivo e Psicopedagógico. Sua elaboração teve como objetivo analisar os pressupostos teóricos sobre psicomotricidade e sua relação com o desenvolvimento infantil tendo, como eixo para discussão, a inclusão e as bases psicopedagógicas. Para fundamentar nossos estudos elegemos como alvo questionador duas problemáticas: Quais os aspectos teóricos que fundamentam a Psicomotricidade? Qual a relevância dos fundamentos teóricos sobre inclusão e psicopedagogia? Subsidiada pelo leque investigativo em questão, optamos por realizar uma pesquisa teórica. Dada a pertinência do estudo bibliográfico concluiu-se que o desenvolvimento infantil passa por momentos de descobertas interna e externa e que a psicomotricidade faz parte da vida humana e serve como eixo motivador para que o ser humano se perceba incluído educacional e socialmente. Frisamos que o olhar psicopedagógico serve de referencia para que as particularidades envolvendo o desenvolvimento sejam alvo de constantes debates quando se trata de formação humana.

Palavras Chaves: Psicomotricidade. Desenvolvimento infantil. Educação inclusiva. Psicopedagogia.

1. INTRODUÇÃO

As etapas de desenvolvimento humano são processos diferenciados que acontecem na vida de qualquer ser humano. Os seres humanos se desenvolvem individualmente e socialmente por fases; nesse sentido os indivíduos se constituem enquanto seres em constante formação. Partindo desse enfoque é fundamental tratarmos de questões relacionadas a psicomotricidade e como ela faz parte do desenvolvimento devido a relação entre o desenvolvimento psicomotor e o

¹Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



desenvolvimento infantil. Na sua base existe a referência da formação da personalidade de uma criança até a velhice.

É importante, portanto, propor discussões sobre esta temática, uma vez que o desenvolvimento infantil corresponde ao tempo do desenvolvimento cronológico, onde o ser humano desenvolve-se gradativamente, sentindo, ouvindo, ou seja, o seu corpo se comunica internamente e externamente.

Mello (1998). Em meio aos debates que fluem a esse respeito é relevante aprofundar as análises e reflexões sobre psicomotricidade, visando com isso adquirir subsídios no campo teórico.

Tendo como base as discussões que nos propormos referendar nesse trabalho o objetivo de escrevê-lo foi analisar os pressupostos teóricos sobre psicomotricidade e sua relação com o desenvolvimento infantil tendo como eixo a inclusão e as bases psicopedagógicas. E com intuito de conectar os debates acerca da temática elucidada nesse trabalho levantamos algumas questões norteadoras: Quais os aspectos teóricos que fundamentam a Psicomotricidade? Qual a relevância dos fundamentos teóricos sobre inclusão e psicopedagogia?

Objetivando ampliar o foco de investigação acadêmica optamos por relatar uma pesquisa teórica. Trata-se de uma dinâmica investigativa que tem como alvo fundamentar teoricamente as **bases discursivas a serem percorridas** no trabalho acadêmico. Ludke e Andre (1986) comentam que o pesquisador pode trabalhar pautado em várias fontes teóricas e assim utilizá-las como parte integrante dos diferentes momentos de análise do trabalho que está sendo elaborado. Fundamentada por esse enfoque organizamos o trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo focamos a base teórica relacionada à psicomotricidade dando ênfase ao desenvolvimento infantil e suas particularidades. Teoricamente é primordial para a criança na faixa etária de 0 até 6 anos ter a oportunidade de desenvolver-se integralmente nos seus aspectos afetivo, psicossocial e cognitivo. No segundo capítulo abordamos questões ligadas à inclusão enquanto parte integrante

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



do processo de afirmação do desenvolvimento em quaisquer circunstância da vida.

No terceiro capítulo fizemos um aporte teórico relacionado à Psicopedagogia, traçando uma relação entre a importância do psicopedagogo, conhecer as bases que fundamentam a psicomotricidade e os eixos teóricos sobre inclusão.

Foram citados pontos importantes sobre psicomotricidade e sua relação com o desenvolvimento a partir de um olhar psicopedagógico e inclusivo. Já na conclusão fez-se uma abordagem enfatizando os resultados adquiridos ao longo da pesquisa bibliográfica.

Diante do que foi abordado no trabalho, é importante destacar que a relevância acadêmica passa pela importância de oportunizar ao acadêmico alinhar sua formação teórica tendo como respaldos estudos dialogados teoricamente com autores que tratam da psicomotricidade de uma forma distinta e valiosa. Além do que poder discutir e interpretar sua relação com o desenvolvimento infantil em meio aos debates que falam da inclusão e da Psicopedagogia só ratifica o quanto é relevante o debate de questões ligadas ao ser humano. São concepções que surgiram gradativamente. À medida que as leituras teóricas eram refletidas, novas reflexões passavam a compor o universo de compreensão relacionado ao foco investigativo deste trabalho.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizados estudos e observações com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento infantil, analisando os pressupostos teóricos relacionados ao tema. Objetivando ainda ampliar as pesquisas e investigações que fundamentam o presente trabalho, o qual foi baseado em método de pesquisa com direcionamento teórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

FUNDAMENTOS DA PSICOMOTRICIDADE

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



A criança precisa aprender a conviver com os outros, por isso é de suma importância compreender o desenvolvimento psicomotor, haja vista que os sujeitos desenvolvem-se gradativamente, pois nos seus primeiros anos de vida, ela começa a adquirir informações que trarão consequências para a formação de sua personalidade enquanto sujeito em desenvolvimento. Pautada nessas reflexões, nesse capítulo enfatizaremos algumas reflexões relacionadas à psicomotricidade, visando, assim, delinear as suas bases teóricas como parte integrante de nossa investigação acadêmica.

Psicomotricidade: reflexões teóricas

O organismo humano, desde o momento da concepção, segue uma lógica biológica dentro de uma organização maturativa, evolutiva e integrada. Durante gravidez, os sinais de vida do feto em relação ao mundo exterior acontecem pela atividade motora que evolui amplamente. Assim, "o movimento possui uma orientação significativa em função da satisfação das necessidades que o meio promove" (GONÇALVES, 2009, p.56). Neste sentido, pode-se dizer que o movimento e o seu fim são unidades relacionais. Sendo que "estes aspectos se aperfeiçoam cada vez mais como resultado de uma diferenciação progressiva das estruturas do ser humano" (NETO, 2002, p.11).

Entre o nascimento e a idade adulta, no organismo humano, se produzem profundas modificações que o leva à interação e à estimulação. Fonseca (2004, p.131) diz que "O mundo mental da criança, devido às ações e interações com o mundo natural e social, (...) atuam como mediadoras entre a criança e o mundo". Neste sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento psicomotor ou a psicomotricidade humana é, portanto, a resposta das diversas transformações que são geradas no ser humano e no seu entorno, a partir das inter-relações que contribuirão para constituí-lo como sujeito.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



Para Nascimento e Machado (1986), "Psicomotricidade, é a relação entre o pensamento e a ação, envolvendo também emoção." (p.1). Como observamos, portanto, o aspecto motor do ser humano não é só movimento autónomo ou independente, é sim também inteligência ação e reação.

Assim, a psicomotricidade como ciência da educação, procura educar o movimento, ao mesmo tempo em que desenvolve as funções da inteligência. Sem suporte psicomotor, o pensamento não poderá ter acesso aos símbolos e à abstração. O desenvolvimento psicomotor evolui paralelamente ao desenvolvimento mental. (NASCIMENTO, MACAHADO, 1986, p.1).

Embasada nessa conceituação, verificamos que é de suma importância estimular a criança de maneira harmoniosa, principalmente quando ela encontra-se em idade escolar. Quando se tratar de mediar a aprendizagem da escrita e da leitura, por exemplo, há de se fazer atividades psicomotoras que impulsionem o desenvolvimento das habilidades cognitivas da criança. Convém destacar ainda que no meio educacional surgem lacunas referente a práticas de estimulação motoras no que se refere ao estímulo do processo educativo.

A criança em seus primeiros meses retém por meio dessa ação informações sobre o meio externo sentindo e reagindo ao toque, ao som, com movimento aos quais, muitas vezes caracterizamos por seus primeiros contatos ao ouvir, ao sentir e ao ver (no caso da luz). Movimentos esses que refletirão sensações prazerosas ou não, mas que auxiliarão na aprendizagem dessa criança, pois mesmo em seus primeiros estágios, é necessário que um estímulo gere essa ação e só por essa condição coloque o ser humano sempre em relação a algo, qualquer que seja esse estímulo (WALLON, 1996).

Nesse caso, a educação pelo movimento torna-se necessária para o aprendizado da criança ainda na faixa etária inicial de escolarização, ou seja, na educação infantil. Segundo Lapierre (1984), a psicomotricidade considera o ser físico e social em transformação permanente e em constante interação com o meio,

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



modificando-o e modificando-se. Dessa forma, o desenvolvimento psicomotor acontece em um conjunto de todos os aspectos (motor, intelectual, emocional e expressivo).

Em se tratando de movimento e de corpo referindo-se ao tônus muscular, este é como um estado de atenção necessária para a harmonia do gesto equilíbrio do organismo. Wallon (1996) faz uma divisão do tônus em muscular, afetivo e mental. O tônus muscular diz respeito ao estado executado, o tônus afetivo refere-se ao estado de espírito e por fim, o tônus mental, o qual diz respeito à capacidade de ação. Wallon (1996) diz ainda que a nível corporal existe uma organização tónica relacionada às vivências afetivas e emocionais.

Outro conceito importante é a lateralidade, capacidade motora da percepção dos dois lados do corpo, ou seja, direito e esquerdo. Algumas funções estão sob a dominância direita, outras sobre a esquerda, conforme o organismo de cada ser humano. Essa predominância de um dos lados do corpo se faz em função do hemisfério cerebral, onde as atividades motoras tornam-se controladas por um dos hemisférios. Portanto, os movimentos preferenciais de um dos lados do seu corpo determinam se o ser humano é destro (D) ou sinistro (E).

Como cita Ganong (1977), a especialização do hemisfério está relacionada com a habilidade de usar as mãos. Nas pessoas destros, o hemisfério esquerdo é o que predomina e nas pessoas sinistras o direito é o dominante. Mas é durante o desenvolvimento que se define na criança a dominância lateral. Neste período, observamos a lateralidade em atividades como: chutar bola, dar um passo a frente, martelar, recortar, desenhar. Quando ainda não há essa dominância, um dos questionamentos comuns é de quando se define a lateralidade. Segundo Canongia (1986), normalmente, a partir dos sete meses de vida a criança, em função de sua maturação, passa a segurar os objetos como uma das mãos. Ela age normalmente usando os dois lados, ou seja, as duas mãos, porém só se pode afirmar se essa determinada criança é destra ou sinistra por volta dos 6 a 7 anos.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



Muitos comportamentos em se tratando do desenvolvimento psicomotor dependem do esquema corporal: a coordenação motora, a linguagem, o equilíbrio como a percepção de movimentos e de posição.

Em se tratando de coordenação, faz-se necessário definir três habilidades importantes ao desenvolvimento da criança; a coordenação viso-manual, a coordenação viso-manual, a coordenação viso-motora e coordenação músculofacial.

Segundo Fonseca (1995), cada uma dessas habilidades pode ser definida da seguinte forma:

- **Coordenação Viso-manual**

É aquela que age entre a visão e o tato, a qual se detém no movimento da cabeça e das mãos. Cabe aqui lembrarmos a escrita.

- **Coordenação Viso-motora**

É aquela que se define como a capacidade de coordenar os movimentos em relação ao alvo visual.

- **Coordenação Músculofacial**

Diz respeito aos movimentos da face. É considerado fundamental na aquisição da fala.

Na verdade a psicomotricidade acontece através de atendimentos realizados à medida que o indivíduo passa por etapas em sua vida relacionadas ao desenvolvimento motor.

De acordo com Melo (1998), enquanto conceito, a psicomotricidade no Brasil só foi realmente difundido na década de 80, mais precisamente em 1982. Neste ano aconteceu o primeiro congresso Brasileiro de terapia Psicomotora, evento que marcou o confronto de debates e reflexões envolvendo vários especialistas, os quais se propuseram a discutir e debater a temática, visando com isso chegar a um consenso sobre o conceito de psicomotricidade.

De qualquer forma, não podemos esquecer que "Psicomotricidade é uma ciência que tem por objetivo o estudo do homem através do seu corpo em

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



movimento, nas relações com seu mundo interno e externo" (MELO, 1998, p.31). Sendo assim, é por muitas razões que é de fundamental importância enfatizar a psicomotricidade como área de conhecimento que tem suas particularidades teóricas, as quais precisam ser analisadas e refletidas também no âmbito educacional.

Objetivando, então, aprofundar as minúcias que referendam o debate sobre o conceito de psicomotricidade, há necessidade de conhecer um conjunto de fundamentos relacionados ao desenvolvimento humano, principalmente durante a infância, haja vista que nessa fase surgem estímulos intelectualmente ligados ao esquema corporal. Inclusive nos primeiros anos de vida (0 a 2 anos), como bem afirma Nascimento e Machado (1986), a criança apresenta uma coordenação motora vinculada aos reflexos que ela recebe do meio.

Na realidade a influência do meio social permite o desenvolvimento motor, pois o corpo é comunicação. O indivíduo precisa receber apoio, estímulos desencadeados por situações comunicativas. A criança, nos seus primeiros anos de vida, deve ser estimulada tendo como princípio garantir sua evolução psicomotora.

Características da psicomotricidade.

A coordenação motora advém da consciência mental. Ela diz respeito a movimentos que são alinhados às características diferenciadas de adaptação e organização cerebral. Portanto a postura e a locomoção se apresentam por características que não são imunes ao meio ambiente onde o ser humano está inserido, sendo que é por meio de adaptações que o corpo age sobre si e sobre o meio. Em razão disso, o ser humano comunica-se corporalmente porque socializa consigo e com os outros num processo contínuo de evolução. NETO (2002).

Em cada fase do seu desenvolvimento da criança surgem novas formas de estruturação do pensamento e, porque não dizer, da consciência cerebral. Ela vai definir, por meio de estímulos psicomotores, o grau de desenvolvimento que cada

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



ser humano pode vir a alcançar socialmente. O desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos acontece de diferentes formas, dado que cada criança é estimulada de um jeito. Logo, não existe uma única forma de desenvolvimento psicomotor, mas várias fases e formas; porém três aspectos são articulados entre si para que esse desenvolvimento venha acontecer: cognitivo, psicomotor e afetivo (GONÇALVES, 2009).

Envolver a criança em atividades de caráter corporal lhe permitir entender as questões de tempo, lateralidade e de espaço. Estas informações serão assimiladas e posteriormente acomodadas por meio do seu desenvolvimento intelectual. Significa dizer, portanto, que o desenvolvimento psicomotor faz parte do conjunto de elementos que constituem a vida dos seres humanos." Trata-se de uma característica que sustenta a importância de ampliar os estudos sobre psicomotricidade (GONÇALVES, 2009).

Assim, é necessário compreender que,

O desenvolvimento psicomotor acontece num processo conjunto de todos os aspectos (motor, intelectual, emocional e expressivo), dividindo-se em duas fases: primeira infância (0 a 3 anos) e segunda infância (3 a 7 anos), complementado-se maturacionalmente por volta dos 8 anos de idade. (BUENO, 1998, p. 19).

Atualmente, o conceito de psicomotricidade tem como base a compreensão dos seres humanos desenvolvendo-se por meio da articulação dos movimentos, sejam eles ligados aos aspectos cognitivo, motor ou afetivo. Portanto, o desenvolvimento humano, se bem articulado, é sustentáculo para que as atividades psicomotoras sejam realmente viabilizadas como condições estimuladoras de evolução corporal.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM CAMINHO SEM VOLTA

Educação inclusiva: definições teóricas e legais

Quando falamos em Educação Inclusiva, retratamos a importância de se trabalhar

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



respeitando as diversidades de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos. Isto é, no entanto, um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nas escolas de ensino regular. Temos então, muitos desafios a enfrentar para atingir a educação como direitos de todos. Pensamos também que é um processo de reestruturação da prática, da cultura e das políticas vivenciadas dentro da escola, de modo que estas possam refletir, ou seja, repensar sobre as diversidades dos alunos.

É preciso, então, pensar em mudanças significativas, que vão desde o nosso modo de pensar ou agir, no caso da acessibilidade, até a estrutura funcional da escola, haja vista que neste ambiente também são refletidas as maiores situações de desigualdades e desrespeitos às diferenças. Há, no entanto, a necessidade de verificar qual a dificuldade dentro do ambiente escolar de se trabalhar essa formação nas pessoas, de forma que se esclareça que a educação é um direito de todos. Segundo a definição do Seminário Internacional do Consorcio da Deficiência e do Desenvolvimento sobre a Educação Inclusiva realizado em março de 1998 em Agra, na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

- Reconhece que todas as crianças podem aprender;
- Reconhece e respeita diferenças nas crianças;
- Permite que as estruturas, sistema e metodologias de ensino atendam ou se adequem às necessidades ou seja, é um sistema que está em mudanças constantes e não deve ser restrito ou limitado por salas de aulas numerosas, nem por falta de recursos para serem utilizados com as crianças incluídas, pois:

O certo, porém, é que os alunos jamais devem ser desvalorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais, sem mudanças nas escolas não garantiremos a condição de receberem, indistintamente a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



discriminação nem espaços segregados de educação. (AMORIM, 2004, p 23).

Dessa forma, a escola, principalmente a pública, vem se alinhando na busca de traçar o caminho da inclusão. O caminho da educação inclusiva prevê a construção de uma política que ratifique a ideia de inclusão, cuja demanda aponta que todas as crianças têm direito à escola de sua comunidade.

Porém, é bom sempre lembrar que inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste somente na sua permanência junto aos outros alunos, mas implica em uma reorganização do sistema educacional, o que permite uma revisão de antigas concepções educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural, social desses alunos, atendendo suas necessidades e, acima de tudo, respeitando suas diferenças. No cenário brasileiro, a ideia de educação inclusiva tem no aspecto legal sua maior definição na atual Constituição Federal (1988). Nela, novos horizontes passaram a demarcar a sociedade brasileira no campo da educação inclusiva. É relevante destacar:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

Tendo esse parâmetro como afirmação social verificamos que o aspecto legal é mais um motivo para se firmar a necessidade de repensar e de romper com

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



o modelo educacional elitista de nossas escolas, e de reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada. Os fundamentos legais apontam que a sociedade brasileira deve ter suas raízes sociais direcionadas a uma educação igualitária e para todos. Nesse sentido a partir dos anos 90 uma nova estrutura organizativa estabelecida segundo a visão democrática tem ampliado a visão de uma escola inclusiva sob o foco de ampliar as condições do acesso escolar a qualquer pessoa. Para entendermos melhor esse aspecto é de suma importância conhecer os aspectos legais da educação inclusiva.

A lei é um instrumento político-social de caráter disciplinador, e não faltam em nossos códigos textos que garantam os direitos das pessoas com necessidades especiais. O capítulo V da atual LDB 9.394/96 define educação especial como modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para portadores de necessidades especiais, isto é, que seja promovida a esses alunos uma escolarização juntamente com os demais alunos. É a partir de 2000 que as crianças que apresentam algum tipo de deficiência e que estavam excluídos do ensino regular, passam a frequentar essas escolas. Neste ano, também, passou a existir uma preocupação em estruturar o ambiente da escola no que se refere às instalações físicas, e assim foi promulgada a Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida.

No ano seguinte foi aprovado o Plano Nacional de Educação, através da Lei nº 10.172/01, que estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Além disso, aconteceu a convenção da organização dos Estados Americanos em 26 de maio de 1999, na Guatemala, e a convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com dificuldades educacionais especiais.

A construção de uma escola que, de fato, atenda significativamente a todos

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



os alunos está intimamente ligada à compreensão, organização e operacionalização do currículo. É dele que partem todas as ações pedagógicas a serem desenvolvidas numa comunidade escolar, bem como a determinação de sua identidade, seu grau de influência e suas expectativas e resultados desejados para os sujeitos da ação educativa.

Consideramos, portanto, que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular é compromisso de todos, e que as diferenças são condições inerentes ao ser humano. Devemos reconhecer que, na diversidade, não estão somente as minorias e as pessoas com deficiência, pois todos somos diferentes, e falar nessa diversidade humana é falar do coletivo e perceber que no interior desse coletivo existem muitas diferenças que não devem ser ressaltadas, mas respeitadas enquanto necessidade e valorizadas enquanto princípio.

A psicomotricidade mediadora de práticas inclusivas na Educação Infantil

A infância é a fase mais ampla de descobertas, onde apresenta-se a necessidade de espaço e de movimento, além da ocorrência de grandes possibilidades de aprendizagem. Esse processo de desenvolvimento dar-se-á em uma perspectiva inclusiva, pois é preciso dominarmos bem os conceitos inclusivistas para que tenhamos segurança ao transmitirmos algo, de forma que possamos ser também participantes na construção desses saberes, tendo em vista as dificuldades e os desafios encontrados.

É necessário atender as especificidades das crianças, haja vista que atualmente o profissional deva entender e aprender sobre as possíveis diferenças que ocorrem dentro da classe comum, e estudar as possibilidades de como desenvolver um trabalho voltado para atender essa especial clientela, tendo um olhar de sensibilidade ao se deparar com uma criança com alguma necessidade educativa especial.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



As vantagens da utilização dos jogos e brincadeiras que norteiam a psicomotricidade na educação infantil são reconhecidas, visando como principal objetivo o desenvolvimento psicomotor da criança, o qual posteriormente resultará em um bom desempenho para a aprendizagem da mesma, procurando possíveis respostas para a problemática das dificuldades motoras das crianças ainda na idade pré-escolar.

A psicomotricidade tem como conceito a própria existência do corpo físico interligado com os fatores mentais. As funções psicomotoras compreendem o desenvolvimento motor. Embasada nesta reflexão Mello (1998) revela que psicomotricidade tem a ver com desenvolvimento motor ainda na fase de 0 a 6 anos. O autor declara como fonte de análise dez fundamentos

O esquema corporal, 1º fundamento, passa pela trilha que faz do homem um ser persistente na busca de estar sempre a frente de adquirir conhecimentos que ao longo da vida dando sentido nas relações humanas, desde as pessoais como as sociais. O segundo fundamento tem relação com a musculatura humana, relaciona-se às diversas partes do corpo que por uma questão muscular se mantém passiva e muitas vezes rejeita modificações. Já com relação aos demais fundamentos.

Quanto ao terceiro fundamento os seres humanos têm a capacidade e as condições de movimentar-se com todas as partes do corpo. Quanto ao quarto fundamento ele está ligado à motricidade muscular, são movimentos que ocorrem devido à flexibilidade humana. Isto requer várias formas de se adquirir expressões corporais.

Neste contexto de novas dimensões no meio educacional brasileiro, era necessário consolidar as bases legais de uma educação de direitos para todos. O cenário social e político no Brasil sofria grandes mudanças, logo as discussões, os embates e as lutas pela conquista dos direitos da criança se tornaram alvo de propostas legais.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



A partir dos aspectos legais novas visões sobre a criança ganharam repercussão educativa e social. Convém destacarmos que os sistemas de ensino brasileiros foram incluídos no processo de reorganização educacional subsidiado também pelas diretrizes educacionais que amparam a Educação Infantil. Para entendermos melhor esse aspecto vejamos cronologicamente as leis que tratam de ofertar a educação escolar a crianças de 0 a 5 anos.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1999) destaca que numa perspectiva sócio interacionista o desenvolvimento infantil no âmbito da linguagem seja da creche ou da pré-escola precisa ser bem esclarecida, já que:

As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma. (BRASIL, 1999, p. 22)

Assim, legalmente a Educação Infantil faz parte da primeira etapa da Educação Básica. Tais princípios indicam que devem ser trabalhados diferentes meios de valorização da criança a partir de sua identidade humana, cultural, social e histórica. Diante disso, percebe-se que a educação inclusiva é um campo aberto de produções teóricas e práticas. Trata-se de um quadro de direitos inabaláveis e indispensáveis à vida humana, em que a escola e os educadores encontram-se desafiados a mediar a inclusão escolar como caminho plausível para a valorização humana independente de cor, etnia, deficiência ou classe social.

A educação inclusiva, para acontecer de fato, precisa se apoiar numa base teórica, formativa e estrutural para que a escola e seus pares consigam enxergar as pessoas com deficiência com mais solidariedade e ética. Diz respeito a uma luta que pauta-se pelo reconhecimento da dignidade humana e pela valorização da individualidade a qual, por vários séculos, vem sendo construída gradativamente.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



Isso se dá devido cada sociedade ter vivido e viver o seu tempo sua história de exclusão e inclusão social.

Os esquemas corporais, se bem estimulados, contribuem significativamente para a qualidade de vida de qualquer pessoa. Na Educação Infantil é muito importante que professores, pais e demais educadores alarguem os horizontes quanto à produção de momentos e de atividades educativas ligadas a eles, aspecto esse que fundamenta ações inclusivas na Educação infantil como fonte dialógica de formação de diretrizes que venham facilitar a ampliação de olhares voltados a valorização da identidade da criança a partir de sua singularidade.

A PSICOPEDAGOGIA E SUAS DIMENSÕES

Ressaltar a importância do psicopedagogo no espaço escolar nos dias atuais corresponde a construção teórica e prática de conhecimentos relacionados aos valores que o acompanhamento desta especialidade pode possibilitar no âmbito da educação inclusiva. Na verdade, a educação necessita criar estratégias qualitativas no processo de construção de um espaço democrático. Embasada nessa premissa, neste capítulo faremos uma abordagem teórica sobre as dimensões da Psicopedagogia enquanto área de conhecimento valorativa no campo educacional brasileiro.

A Psicopedagogia e sua relevância educacional

No âmbito educacional, muitas são as áreas que contribuem para a compreensão da relevância dos processos educativos quando se trata de investir no crescimento da formação humana dentro da escola. Nesse sentido, queremos deixar claro que a Psicopedagogia abrange um foco de estudo importante para que possamos desenvolver olhares diferenciados frente a educação escolar. Na realidade é uma área que atua no campo da análise do comportamento humano,

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



sendo que na escola, o psicopedagogo desenvolve ações junto aos professores, pais e alunos que apresentam problemas, principalmente de aprendizagem.

Atualmente, devido os grandes desafios escolares é importante contar com profissionais capacitados para dinamizar investigações ligadas ao comportamento humano que afetam o rendimento escolar do aluno. Contribuir com a organização didática pedagógica do processo ensino aprendizagem requer investimentos profissionais valiosos, por isso destacamos a importância de agregar no corpo técnico da escola a competência do psicopedagogo. Bossa (2007) expressa que o psicopedagogo pode atuar no campo clínico e terapêutico. Como técnico educacional, tende a criar meios de intervir junto aos alunos que apresentam problemas de aprendizagens oriundos de distúrbios psicológicos, pessoais e sociais. Essa ação dinâmica refere-se ao fato de que a Psicopedagogia está ligada a um campo de estudos e pesquisas vinculado ao ser humano.

O objeto central de estudo da Psicopedagogia está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos - bem como a influência do meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento. (BOSSA, 2007, p. 21)

A Psicopedagogia se estende a estudos ligados ao campo psicológico e pedagógico, quando se desenvolve em estratégias investigativas na escola. Cabe ao psicopedagogo segundo Bossa (2007), articular projetos educacionais de intervenção no seu local de trabalho. Em se tratando da escola, a mediação educativa abarca questionamentos constantes relacionados a diferentes passos de intervenção profissional junto aos professores e alunos. A educação escolar é complexa, o que impõe complexidade também ao trabalho do psicopedagogo.

A instrumentalização do trabalho do psicopedagogo a partir de um olhar na inclusão escolar e também como agente de formação sobre a abrangência da valorização de atividades psicomotoras no âmbito escolar exige que ele atue com competência e eficácia. De certo, ele precisa atender a demanda que o procura, já que sua ação profissional lhe impulsiona a criar projetos psicopedagógicos que atendam às inúmeras e diversas necessidades sociais do contexto educacional.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



A Psicopedagogia tem um vasto campo de atuação. Compreende-la, de acordo com Bossa (2007), é algo que precisa ser delineado como área de conhecimento interdisciplinar, haja vista que o psicopedagogo tem que investigar e compreender como se dão os processos de aprendizagem e as dificuldades de socialização dos alunos com características diferenciadas na sala de aula.

A Psicopedagogia tem se apresentado multifacetada, sob a influência da Psicologia e da Pedagogia. Tem como identidade própria área de conhecimento, linha de pesquisa em educação e em psicologia, e atividade terapêutica ou preventiva. Esta área de atuação também permite aos profissionais a análise do processo de aprendizagem do ponto de vista do sujeito que aprende e da instituição que ensina, no que tange a seu decurso normal ou com dificuldades (LOPES, 2009, p.1).

Portanto, o psicopedagogo tem o dever de aproximar-se do professor, da família e do aluno com problemas de aprendizagem, a fim de atuar como mediador e conciliador do processo educativo com mais significado para os envolvidos no campo da educação escolar. As intervenções psicopedagógicas dar-se-ão voltadas a preocupações com o desenvolvimento dos sujeitos, tendo como alvo verificar as diversas complexidades dos processos de aprendizagem, dando ênfase principalmente a prevenção e ao diagnóstico, objetivando com isso trabalhar uma possível ação de intervenção educativa em parceria com toda a comunidade escolar.

A Psicopedagogia é uma área de conhecimento que teve seus fundamentos alicerçados na Europa do século XIX. Bossa (2007) revela que as primeiras iniciativas psicopedagógicas passaram a ser reveladas junto a crianças com dificuldades de aprendizagem, principalmente na França. Essa intervenção foi primeiramente experimentada por profissionais que atuavam em áreas da Medicina, Psicologia, Psicanálise e Pedagogia.

A partir de um trabalho bem organizado que se desenvolveu com sucesso, o atendimento psicopedagógico passou a ser mais bem definido, alcançando um

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



grande sucesso, tanto que se espalhou por diferentes países. Um dos países que se destacam na valorização da Psicopedagogia foi e é a Argentina. Nesse país a Psicopedagogia atinge dimensões valorativas, sendo concebida como Ciência que contribui com a formação humana. Na verdade, ela é vista como uma atividade rotineira, necessária à escola, por isso na Argentina faz parte da rede pública de ensino.

A Psicopedagogia no Brasil é mais recente, seus estudos e pesquisas tem alcançado um público de educadores de forma qualitativa, posto que vem surgindo interesse cada vez mais qualitativo relacionado a seu foco de atuação. Esse processo foi influenciado pelos horizontes demarcados da Psicopedagogia oriundos da Argentina. A proximidade geográfica facilitou a aproximação dos psicopedagogos argentinos do universo educacional brasileiro. Assim, gradativamente os profissionais do campo psicopedagogico argentino passaram a ministrar cursos e desenvolver atividades no nosso país.

Por volta dos anos 70 que, no Brasil, surgiram os primeiros cursos e experiências psicopedagogicas. Porém, na década de 80 os rumos da Psicopedagogia no país ganharam força teórica e prática, posto que foi criada a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) com sede em São Paulo.

A Psicopedagogia institucional e seu campo de atuação

A Psicopedagogia é bem difundida no campo teórico. O processo de aprendizagem humano é complexo, e se surgir impasses durante a execução desse processo muitas serão as dificuldades de compreensão acerca das problemáticas identificadas. Algumas pessoas apresentam problemas na infância e só são identificados na adolescência, ou seja, a pessoa já obteve todo um caminho problemático e só depois de muitos anos e que se esta investigando (Bossa, 2007). Tal dinâmica acontece com muita frequência, principalmente quando a escola trabalha mais ligada aos padrões da exclusão do que de inclusão. A Psicopedagogia

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



institucional tem seus padrões de intervenção alinhados com a busca de atender realmente focos de interesses humanos. Na maioria dos casos os alunos apresentam problemas oriundos de fatores normais e patológicos, de influência do meio familiar, de conflitos na escola e na sua comunidade de origem. Isso acaba atingindo no desenvolvimento escolar do alunado.

Na área da educação escolar os especialistas em Psicopedagogia são preparados para atender crianças ou adolescentes com problemas de aprendizagem, tendo como alvo de investigação a prevenção, o diagnóstico e tratamento clínico ou institucional. Para Bossa (2007), essa dimensão é mais relevante para que o psicopedagogo se afirme profissionalmente na escola, haja vista que há necessidade de promover a ampliação dos seus valores profissionais. O segmento da Psicopedagogia Institucional refere-se a introdução do psicopedagogo atuando na escola como interlocutor educacional.

Na verdade a Psicopedagogia, que antes se detinha a trabalhar somente no campo clínico, atualmente pode ser alinhada ao campo institucional por atender a inúmeras especificidades pedagógicas importantes no campo educacional, haja vista que:

Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender, num sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também à família e à comunidade. Poderá esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, a professores, pais e administradores sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem, sobre as condições psicodinâmicas da aprendizagem, sobre as condições determinantes de dificuldades de aprendizagem. O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem (LIMA, 2005, p.8).

Diante de tamanha importância, a Psicopedagogia institucional é ampliada no seu sentido social e educacional, uma vez que possibilita o surgimento, na escola, de meios que possam contribuir com a formação humana, até por que os professores, famílias dos alunos e demais profissionais poderão contar com um

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



agente mediador de práticas educativas mais significativas para todos. No campo educacional, o psicopedagogo pode atuar a frente de debates e estudos sobre projetos educacionais na escola.

Nessa perspectiva a contribuição do psicopedagogo na área da educação, em particular no campo da Educação infantil, tem grandes benefícios, dado que esse profissional tem condições de trabalhar junto com o professor e estimulá-lo a desenvolver estratégias educativas que possam facilitar o desenvolvimento psicomotor da criança. Os esquemas corporais precisam ser cada vez mais estimulados, logo, o corpo que se comunica por meio da consciência intelectual necessita de intervenções educativas contínuas e gradativas.

Diante desse panorama destacamos que a psicomotricidade é um campo de estudo relevante na área da Educação Infantil e na área da inclusão escolar, cujo foco também faz parte das investigações traçadas pelos profissionais que atuam na escola, inclusive o psicopedagogo. Se criança apresenta características na área da Educação Infantil que não condizem com os padrões de comportamento de acordo com a maturidade cognitiva e faixa etária é de fundamental importância trazer para escola o psicopedagogo a fim de trabalhar os horizontes da investigação psicopedagógica, dado que a Psicopedagogia traça caminhos educacionais plausíveis com a construção de uma educação mais inclusiva.

Socialmente, culturalmente e politicamente a criança chega ao ambiente escolar pré determinada a aprender conceitos como: Matemática, Geografia, História, e assim por diante. Entretanto quando aos conceitos relacionados às suas atividades psicomotoras, de acordo com experiências empíricas, são pouco valorizados. Logo, é de suma importância que, por meio da Psicopedagogia Institucional, surjam estudos sobre os diferentes olhares que devem ser dirigidos a criança.

Oliveira (2002) destaca que a criança adquire o conhecimento social e o articula com o individual já previamente organizado na forma intelectual, dado que

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



sua maturidade cognitiva tende a ser equilibrar conforme o seu desenvolvimento psicomotor. A intervenção psicopedagógica na escola no campo da Educação Infantil trará benefícios para que o professor venha estabelecer fontes de conhecimentos relevantes a sua prática pedagógica com crianças na faixa etária de 03 a 05 anos.

Segundo Oliveira (2002) o desenvolvimento motor da criança, se bem trabalhado, adquire a função elementar para o seu próprio desenvolvimento, até porque,

Desde do seu nascimento, graças a maturação do sistema nervoso e a realização de tarefas variadas com diferentes parceiros e situações cotidianas, a criança desenvolve seu corpo e os movimentos que ela pode realizar. Os mecanismos que usa para orientar o tronco e as mãos em relação a um estímulo visual, por exemplo, são complexos e acionados à medida que ela manipula e encaixa objetos, lança-os longe e os recupera, os empurra e puxa, prende e solta (OLIVEIRA, 2002, p. 147).

Nessa dimensão, frisamos que a importância da Psicopedagogia institucional se dá pela amplitude com que o psicopedagogo pode estar se afirmando enquanto profissional que pode atuar juntamente com os demais profissionais como interlocutor educacional. Essa é uma característica que aponta a relevância de trabalhar a inclusão escolar tendo como alvo debater sobre os pressupostos da psicomotricidade tendo parceiro o psicopedagogo, profissional relevante para que a educação democrática se fortaleça no âmbito da educação escolar nos dias atuais no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo transitado no campo da investigação acadêmica, tivemos a oportunidade de compreender a relevância dos pressupostos teóricos sobre psicomotricidade, inclusão escolar e algumas reflexões sobre a Psicopedagogia. Trata-se de um leque de conhecimentos vantajoso para quem já atua na área da

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



educação, pois ampliar as fontes de formação profissional atualmente requer disposição pessoal e social e isso nem sempre é possível de se concretizar.

Nessa perspectiva foi que buscamos delinear os estudos que nos propusemos realizar no decorrer da elaboração desse trabalho. Assim, à medida que avançamos no campo da pesquisa bibliográfica os caminhos investigativos foram sendo assimilados e aprofundados, dado que revitalizar os saberes pedagógicos necessários à atuação docente só ratifica a importância da formação na área da pós-graduação nos dias atuais.

As potencialidades humanas agem sob o indivíduo como ser corpóreo-espiritual que se expressa através da agressividade, da raiva, alegria, afeto, **tristeza** e outros sentimentos que se fazem presentes no processo educativo. Assim, pode-se dizer que os esquemas corporais não devem ser vistos de uma forma fragmentada e que a educação enquanto dinâmica formativa deve proporcionar a evolução da motricidade dos seres humanos. Por isso é importante que os profissionais da educação reconheçam a importância de se construir um caminho evolutivo no campo da inclusão escolar.

Um dos especialistas, agente revelador de muitas reflexões é o psicopedagogo. Ao se falar de sua atuação, é de fundamental importância esclarecer qual é seu foco de interesse na escola; uma vez esclarecida sua valorização poderá atuar em busca de mais qualidade no contexto educacional. Diante dessa premissa, o referido trabalho tem sua relevância acadêmica por apresentar uma abordagem bibliográfica que pode ser ampliada a partir de interesses pessoais, sociais e culturais, já que o conhecimento não se esgota na quantidade de registros teóricos, mas se amplia sempre no campo do debate, pois não devemos fechar nossos olhos em direção a somente uma explicação ou conceito de uma determinada temática a ser pesquisada.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. Psicomotricidade: Corpo, ação e emoção. 4a ed. Rio de Janeiro, Wak 2008.

_____ **A escola flexível e a pedagogia das diferenças.**
In. Revista Pátio. MEC/FNDE. Ano XII nº 48. Novembro/2008 a Janeiro/2009.

BIAGGIO, Ângela. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis- RJ: Ed. Vozes, 1988.

BEAUCLAIR, João. Para entender Psicopedagogia: Perspectivas atuais, desafios futuros. 2a Ed. Rio de Janeiro, WAK, 2007.

BOCK, Ana M. FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes: Psicologia: Uma introdução ao estudo de psicologia. SP: Ed. Saraiva, 1998.

BUENO, Jocian Machado. Psicomotricidade: Teoria e prática. Paraná: Lovise, 1998.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Brasília. 1999.

COSTE, Jean-Claude. A Psicomotricidade. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1992.

FONSECA, Vitor da Psicomotricidade: Perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre, Artmed: 2004.

FONSECA, Vitor da. Manual de observações, Significação Psiconeurológica dos Fatores Psicomotores. Porto Alegre, Artmed: 1995.

GONÇALVES, Fátima. Psicomotricidade e educação física: Quem quer brincar põe o dedo aqui. São Paulo - SP, Cultural RBL - Editora LTDA: 2009.

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br



_____ Inclusão escolar - **caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**, 2009. IN: www.moderna.com.br/.../artigos

KRAMER, Sônia. **A política Pré-escolar no Brasil**. A arte do disfarce. Rio de Janeiro.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, **Maria Tereza**. **Inclusão escolar: O que é? Porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, A. M. **Psicomotricidade, Educação física e jogos infantis**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1998.

NASCIMENTO, Lúcia S. do, MACHADO, Therezinha de C. **Psicomotricidade e aprendizagem**, 2a ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 1986.

OLIVEIRA. Zilma. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O direito a diferença na escola**. In. Revista Pátio. MEC/FNDE. Ano VII n° 32. Novembro/2004 a Janeiro/2005.

_____ **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática. 2005

¹ Simone Oliveira de Albuquerque. Graduada em Pedagogia (UEPA) e Especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação Especial (FACULDADE MONTE NEGRO). E-mail: sialbuquerque@yahoo.com.br